

## Plenário autoriza empréstimo para o Rio

O estado do Rio de Janeiro foi autorizado ontem, pelo Plenário do Senado, a assinar um contrato de empréstimo com

o Banco Mundial, de US\$ 485 milhões, para financiar programas de desenvolvimento social e econômico. **3**

Dornelles (C) negociou acordo para que empréstimo fosse votado em Plenário ontem

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.183 – Brasília, quarta-feira, 3 de março de 2010

### Crédito para produtor de cana

Projeto de Renan Calheiros aprovado em decisão terminativa autoriza o Poder Executivo a instituir política de crédito para apoiar pequenos e médios fornecedores de cana-de-açúcar. **4**

### Homenagem ao centenário de Tancredo Neves **2**

### Hidrovia pode passar por reserva

Comissão de Desenvolvimento Regional autoriza o transporte fluvial em trechos dos rios Araguaia, Tocantins e das Mortes situados em reservas indígenas já demarcadas e homologadas. **4**

## Aprovado incentivo no Bolsa Família para aluno com boas notas

Projeto do senador Tasso Jereissati é acolhido em decisão terminativa pela Comissão de Educação e agora deve ser enviado à Câmara dos Deputados. Benefício variável será dado para estudantes entre 6 e 17 anos



Comissão de Educação também aprovou projeto que prevê acompanhamento de alunos com déficit de atenção no ensino público

**B**ons alunos de famílias inscritas no Bolsa Família serão contemplados com um benefício extra e variável, para premiar seu desempenho escolar. A proposta do senador Tasso Jereissati

foi aprovada ontem pela Comissão de Educação e vale para estudantes dos ensinos fundamental e médio. Se não houver recurso ao Plenário, o projeto seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados. **5**

### Aposentado pode se livrar do IR

Aposentados e pensionistas com mais de 60 anos podem ficar livres de pagar Imposto de Renda sobre os benefícios da Previdência Social, diz projeto aprovado ontem pela CAE. **8**

### Hillary Clinton visita o Congresso hoje **2**

### CE aprova proibição de spam

Proposta determina que o remetente de e-mail deverá apresentar mecanismo eletrônico para que o destinatário possa exercer o direito de não mais receber as mensagens. **5**

## Programa de direitos humanos chega em abril

Crítico do Programa Nacional de Direitos Humanos, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, anunciou ontem que o projeto chega

ao Congresso Nacional em abril e prevê investigações de militares e opositores por atos praticados durante a ditadura. **7**

Na CRE, presidida por Eduardo Azeredo (D), Jobim criticou programa por ir além do tema dos direitos humanos



Trajatória política do mineiro de São João del-Rei, em especial sua participação no processo de redemocratização do país, será recordada por deputados e senadores

## Sessão do Congresso lembra centenário de Tancredo Neves

SESSÃO SOLENE DO Congresso marcará, hoje, o centenário de nascimento de Tancredo Neves. Na homenagem, que acontecerá no Plenário do Senado, deputados e senadores lembrarão a trajetória política do mineiro de São João del-Rei, em especial sua participação no turbulento período que marcou o fim da ditadura militar e o processo de redemocratização do país.

Tendo José Sarney como vice, Tancredo de Almeida Neves foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. Na véspera de tomar posse, em 14 de março daquele ano, Tancredo foi internado em estado grave e

o vice-presidente, José Sarney, assumiu o cargo. Depois de ser submetido a sete cirurgias – duas realizadas em Brasília e outras cinco em São Paulo –, o político mineiro morreu no dia 21 de abril de 1985.

A eleição de Tancredo marcou o rompimento de quase 21 anos do regime militar que teve início em 31 de março de 1964. A chapa de Tancredo e Sarney, denominada Aliança Democrática, foi formada após a derrota no Congresso, em abril de 1984, da Emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente da República.

Nascido em 4 de março de 1910, o advogado Tancredo Ne-

ves ingressou na política como vereador em sua cidade natal. Elegeu-se deputado estadual e, por muitas vezes, deputado federal, além de senador e governador de Minas Gerais. Foi ministro da Justiça e também ministro de Negócios Interiores, além de diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1955) e da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil (1956-1958). Ocupou a Secretaria de Finanças de Minas Gerais e, após a renúncia de Jânio Quadros, foi nomeado primeiro-ministro. Um dos líderes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ele também fundou o PP (Partido Popular).



Em janeiro de 1985, Tancredo Neves (C) é eleito presidente da República, rompendo quase 21 anos de regime militar no país

### Antes de reunião com Lula, Hillary visita Congresso

A secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, visitará o Congresso Nacional hoje, a partir das 9h. Ela será recebida pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer.

Hillary será recebida mais tarde pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, quando o tema principal deve ser o programa nuclear do Irã e as relações do Brasil com aquele país.

Lula tem sido criticado por sua aproximação com Mahmoud Ahmadinejad, presidente iraniano – o presidente brasileiro realizará visita ao Irã em maio deste ano.

Os EUA e os outros membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) discutem impor novas sanções ao Irã devido à suspeita de que o país esteja enriquecendo urânio com o intuito de produzir armas nucleares.

Problemas relacionados à área econômica também devem entrar na pauta do encontro Hillary-Lula, como as medidas de retaliação comercial do Brasil contra os EUA, em razão dos subsídios aos produtores de algodão.

### Senado lança crônica de Machado de Assis e Código Civil em braile

A primeira publicação em braile do Código Civil e a obra literária *O velho Senado*, uma crônica de Machado de Assis, foram apresentadas ontem ao presidente do Senado, José Sarney, pelo diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep – Gráfica do Senado), Florian Madruga.

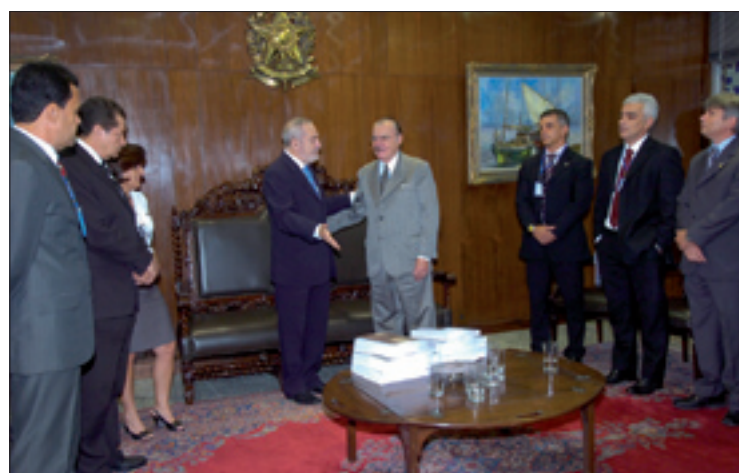
– Essa é uma grande contribuição para facilitar a vida dos portadores de deficiência visual – declarou Sarney, durante a cerimônia de entrega.

O diretor explicou que a Seep recebeu a orientação da Presidência do Senado para investir na publicação de legislação brasileira em braile, pois poucas editoras no país o fazem. Até o momento, mais de 70 títulos – como a Constituição federal, as constituições estaduais, o Có-

digo de Defesa do Consumidor e os estatutos da Criança e do Adolescente (ECA) e do Idoso – já estão disponíveis, beneficiando 18 milhões de usuários do braile. Agora, somam-se aos títulos o Código Civil, em cinco volumes, e a primeira obra literária da coleção.

Os livros serão distribuídos aos gabinetes dos senadores e enviados para associações que lutam pelos direitos de pessoas com deficiência visual. Escolas ou qualquer cidadão que tenha a deficiência e queiram receber essas publicações podem fazer o pedido por e-mail ([seep@senado.gov.br](mailto:seep@senado.gov.br)).

Por sugestão das associações de portadores de deficiência visual, os próximos livros serão obras clássicas da literatura brasileira já em domínio público.



Florian Madruga apresenta a Sarney novas obras em braile editadas pelo Senado

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário MPs abrem a fila de votação

14h A sessão ordinária é deliberativa, porém a pauta continua trancada pelas medidas provisórias 469/09 e 470/09. A primeira destina R\$ 2,17 bilhões aos ministérios da Saúde e dos Transportes; a outra abre crédito de R\$ 6 bilhões para a Caixa Econômica Federal. Também tranca a pauta o PLC 280/09, que exige formação de nível superior para os professores do ensino básico.

### Presidência Encontro com Hillary Clinton

9h O primeiro compromisso do presidente do Senado, José Sarney, hoje é receber a secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton. Às 9h30, no Salão Nobre, participa da cerimônia de descerramento do busto de Tancredo Neves; às 10h, no Plenário, de sessão solene do Congresso pelo centenário de nascimento do ex-presidente; às 16h, preside a ordem do dia; e às 18h, recebe o deputado federal Bene Camacho e o reitor da Universidade Federal do Maranhão em Imperatriz, Antonio Jeferson de Deus Moreno.

### Congresso Centenário de Tancredo Neves

10h O Congresso realiza sessão solene, às 10h, no Plenário do Senado, para comemorar o centenário de nascimento de Tancredo Neves.

### CCT Prontuário eletrônico no SUS

8h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vota projeto que institui o prontuário eletrônico do paciente para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos planos de saúde privados. Outros 30 itens da pauta tratam de autorizações para funcionamento de rádios comunitárias e exploração de emissoras de rádio FM.

### CE Eleição para novo presidente

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza reunião para eleger o presidente do colegiado.

### CDH Cartórios e os deficientes visuais

10h Entre os 20 itens na pauta, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examina projeto que dispõe sobre procedimento a ser adotado pelos cartórios no atendimento às pessoas com deficiência visual.

### CAS Profissão de historiador

11h A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota projeto que regula o exercício da profissão de historiador. Também consta da pauta, com 20 itens, proposta que aumenta percentual a ser cobrado por bares e restaurantes, a título de gorjeta, em serviços oferecidos após as 23h.

### CCJ Normas para a publicidade oficial

10h Na pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), proposta que especifica as normas gerais para licitação e contratação, pelo poder público, de serviços de publicidade prestados por agências de propaganda.

### CPI do MST Três convidados hoje à tarde

14h Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do MST para ouvir os presidentes do IBGE, Eduardo Pereira Nunes; da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Plínio de Arruda Sampaio; e o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Anaximandro Doudement Almeida.

### CDR Apoio a vítimas de alagamentos

10h30 A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa, entre outros, dois projetos de lei que tratam de política urbana, um dos quais dá prioridade nas políticas e ações da União ao cidadão que perdeu seu imóvel residencial em virtude de enchentes e alagamentos.

SESSÃO ONLINE: leia os pronunciamentos dos senadores em tempo real [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

Recursos servirão para melhoria na educação, ampliação do atendimento em saúde, incentivo a um melhor ambiente de negócios e ganhos fiscais



Geraldo Magela

Senadores da oposição atendem pedido de Dornelles (D) e abrem exceção à obstrução da votação das propostas. Projeto que autoriza operação é importante para desenvolvimento do estado, diz governista

## Aprovado empréstimo de US\$ 485 mi para o Rio

O SENADO APROVOU ontem projeto de resolução (PRS 4/10) que autoriza operação de crédito externo de até US\$ 485 milhões em favor do estado do Rio de Janeiro junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos atendem a quatro objetivos: melhoria na educação, ampliação do atendimento em saúde, melhoria no ambiente de negócios e ganhos fiscais.

O dinheiro servirá para financiar o Programa de Desen-

volvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal do Estado (Prodesf). De acordo com a proposta, o prazo de desembolso vai até dezembro de 2011. O Rio de Janeiro terá 72 meses de carência e 354 meses como prazo total para amortização da dívida.

A pedido do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que frisou a importância do projeto de resolução para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro, a oposição abriu uma exceção à

obstrução imposta à votação das matérias desde a semana passada.

A solicitação para autorização foi encaminhada pelo Executivo ao Congresso por meio de mensagem, transformada em projeto de resolução. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a matéria foi aprovada no mesmo dia em que foi votada no Plenário, tendo como relator o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), que substituiu Wellington Salgado (PMDB-MG).

## Oposição obstrui e pauta de votações continua trancada

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), explicou que a recusa da oposição em examinar as medidas provisórias que trancam a pauta (MPs 469, 470 e 471/09) é uma forma de protesto contra o bloqueio imposto pelo governo à convocação da ministra Dilma Rousseff, na semana passada, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A oposição chegou a convocar a ministra da Casa Civil para falar sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), mas a convocação acabou sendo derrubada pelos governistas.

José Agripino (RN), líder do DEM, acrescentou que os senadores não receberam os relatórios das medidas provisórias para análise prévia.

A MP 469/09 abriu crédito extraordinário para os ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de R\$ 2,168 bilhões,

destinados à prevenção e ao combate da gripe A (H1N1). O PLV 18/09, proveniente da MP 470/09 – segundo item da pauta –, autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 6 bilhões à Caixa Econômica Federal e de R\$ 1 bilhão ao Banco do Nordeste do Brasil S/A. Em seguida vem a MP 471/09, que concede incentivo fiscal às montadoras e fabricantes de veículos instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O outro item que obstrui os trabalhos do Plenário é o PLC 280/09, de iniciativa do presidente da República, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para exigir a formação de nível superior de professores da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio). O projeto tramita em regime de urgência.

## Fim da lei delegada sobre intervenção na economia

Proposta que revoga a Lei Delegada 4/62, que autoriza a União a intervir na economia para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo, foi aprovada ontem, por unanimidade, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O colegiado também aprovou a revogação da Lei Delegada 5/62, que criou a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab), extinta em 1997.

Ao propor a revogação da Lei Delegada 4/62, o então deputado paulista Ricardo Izar



Márcio Kallme

Gerson Camata apresentou na CRA parecer favorável à revogação

(PTB-SP), já falecido, argumentou que, apesar de ter sido utilizada em crises econômicas

anteriores para fixar preços de produtos e serviços, como no Plano Cruzado, aquela lei não mais se adapta à estrutura legal e orgânica da economia brasileira, que é fundamentada na livre concorrência e na proteção ao consumidor.

O projeto (PLC 68/09), que já havia sido aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi relatado na CRA pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) e agora vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

## CAE adia exame de perdão de dívidas

Os critérios para reestruturação das dívidas de Cabo Verde e do Suriname com o Brasil foram questionados ontem por três senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Por isso, as mensagens presidenciais com os novos contratos (MSF 60/10 e MSF 61/10) só deverão ser votadas na reunião da semana que vem.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) cobraram mais explicações dos relatores sobre os contratos, enquanto Osmar Dias (PDT-PR) anunciou que irá requerer os mesmos critérios para a dívida que o Paraná tem com o Tesouro Nacional, decorrente da venda do banco do estado.



I. Freitas

César Borges leu relatório favorável ao perdão de parte da dívida do Suriname

Para o senador, as mesmas condições também deveriam ser oferecidas para o pagamento de empréstimos contraídos por agricultores brasileiros. Segundo Osmar Dias, o dinheiro emprestado ao Suriname foi usado para pagar uma ponte

construída pela construtora Camargo Corrêa.

Suriname teria perdão de US\$ 35,7 milhões (juros até fevereiro de 2009) do total de US\$ 118 milhões. Cabo Verde, por sua vez, se livraria de US\$ 1,19 milhão dos US\$ 3,8 milhões devidos.

## Dornelles elogia decisão do governo de retaliar EUA

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou a decisão do governo brasileiro de retaliar os Estados Unidos pelo não cumprimento de determinações da Organização Mundial do Comércio (OMC) para que eliminasse os subsídios ao algodão produzido naquele país. Medida provisória (MP 482/10) sobre o assunto aguarda exame do Congresso.

Essa decisão instaura uma dinâmica mais arrojada à turbulenta movimentação comercial entre as nações. Com a MP 482/10, o governo brasileiro fixa formalmente os procedimentos necessários para aplicação imediata de eventual retaliação a produtos norte-americanos – afirmou.

Dornelles ressaltou que a chamada “retaliação cruzada”

– praticada em outros produtos que não o que gerou contenda – é inédita, e por esse motivo a OMC recomenda toda cautela.

Quando sinaliza para os Estados Unidos sua real disposição de aplicar sanções retaliatórias no comércio internacional, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva joga com grande maturidade política. Afinal, trata-se de medidas que combatem, antes de tudo, práticas nocivas e condenadas não somente pela OMC, como também por toda a comunidade internacional – disse.

O senador salientou ainda que a Câmara de Comércio Americana se antecipou aos efeitos danosos da retaliação e já propôs que os EUA facilitem a entrada de produtos brasileiros.

Poder Executivo é autorizado pela CAE a criar o Proaf – Cana-de-Açúcar, projeto para financiar a qualificação e a inserção de pequenos e médios fornecedores no mercado

Soulo Cruz / Câmara dos Deputados



A proposta de Renan Calheiros foi aprovada em decisão terminativa e, se não houver recurso para o Plenário, deve seguir diretamente ao exame da Câmara

## Programa beneficia pequeno produtor de cana-de-açúcar

A CRIAÇÃO DO PROGRAMA de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-Açúcar (Proaf Cana-de-Açúcar) foi autorizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a aprovação, em caráter terminativo, de projeto (PLS 392/03) do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). A proposta autoriza o Poder Executivo a instituir política de crédito, por meio de instituições oficiais de financiamento, para fomentar a qualificação e a inserção desse segmento no mercado.

O Proaf Cana-de-Açúcar pretende desenvolver alternativas para escoamento e armazenamento da produção, incentivar o associativismo, fornecer assistência técnica especializada, ins-

tituir e ampliar o treinamento profissionalizante e melhorar as condições educacionais dos pequenos fornecedores e de seus dependentes. O acesso ao crédito deverá considerar aspectos como adimplência do mutuário e preservação do meio ambiente, vedando-se o benefício a propriedades em que tenha sido comprovada a existência de trabalho escravo ou infantil.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, Raimundo Colombo (DEM-SC), que incorporou ao texto quatro emendas aprovadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Na sua avaliação, o programa pode ser considerado uma relevante contribuição ao

fomento de produção de cana-de-açúcar pelos pequenos e médios produtores. Conforme assinalou, 15% da frota nacional dependem do álcool e a demanda por combustíveis não poluentes deverá aumentar nos próximos anos.

O relatório de Raimundo Colombo foi apresentado pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que elogiou a iniciativa de Renan Calheiros, também saudada pelos senadores Jayme Campos (DEM-MT) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Ao final da votação, Renan agradeceu ao presidente da CAE, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), por ter concedido prioridade ao exame do projeto.



J. Freitas

## CRA aprova hidrovias em rios situados em reservas indígenas

A memória de Jonas Pinheiro foi homenageada pelos senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) durante a aprovação de projeto de decreto legislativo (PDS 232/04) do senador mato-grossense, que faleceu no início de 2008.

Relatado pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), o projeto autoriza o aproveitamento, apenas para fins de transporte fluvial, dos trechos dos rios Araguaia, Tocantins e das Mortes situados no interior ou às margens de reservas indígenas homologadas e demarcadas na forma da legislação indigenista.

A Constituição federal determina que o aproveitamento dos recursos hídricos em terras indígenas só pode ser efetivado mediante autorização do Congresso Nacional e depois de ouvidas as comunidades afetadas. O projeto cumpre o requisito constitucional no que diz respeito aos trechos dos três

rios, localizados nos estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará.

– Consideramos a iniciativa conveniente e oportuna, haja vista a necessidade de modernização e aperfeiçoamento das alternativas de transporte de carga, o que contribuirá para a redução dos custos de parte da produção nacional – destaca Marisa Serrano.

O projeto foi aprovado com emendas apresentadas pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT), que ocupou a vaga de Jonas Pinheiro no Senado. Duas das emendas estipulam prazos para que os órgãos ambiental e indigenista se manifestem sobre a viabilidade da hidrovias. Caso tais órgãos não se oponham em até 90 dias, o projeto será automaticamente aprovado.

### Proteção

Pelo projeto, a autorização fica condicionada à prévia instituição, pelo órgão indigenista



Márcia Kallume

Marisa Serrano destaca redução dos custos com alternativa de transporte

do Poder Executivo, de medidas específicas de proteção da integridade física, socioeconômica e cultural dos povos indígenas, ouvidas as comunidades afetadas. As atividades de transporte fluvial somente poderão ser executadas após a emissão da licença de operação, de acordo com o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental. Caberá aos órgãos do Executivo, nas respectivas áreas, autorizar e fiscalizar a execução de obras de melhoramento das condições de navegabilidade dos rios abrangidos pelo decreto legislativo.

## Comissão corrige equívoco no texto do Estatuto da Terra

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem, por unanimidade, parecer de Gerson Camata (PMDB-ES) favorável a projeto (PLS 105/09) de Osmar Dias (PDT-PR) que corrige engano constatado no texto do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64). O projeto substitui, no inciso IV do artigo 95 do estatuto, o termo “arrendador” por “arrendatário”.

Ao aprimorar o Estatuto da Terra, a Lei 11.443/07 substituiu o termo “locatário” por “arrendador”, em vez de

“arrendatário”. O parecer de Camata, que obteve decisão terminativa da CRA, corrige o equívoco. O aperfeiçoamento dessa lei possibilitará que o contrato de arrendamento rural deixe de ser tratado como locação.

– A nova redação é bem-vinda porque confere maior clareza ao Estatuto da Terra, além de impedir que o contrato agrário de arrendamento rural seja confundido com o de parceria agrícola – explica Gerson Camata em seu relatório.

## Ministros virão explicar nova taxaço sobre herbicida chinês

Gilberto Goellner (DEM-MT) quer que os ministros integrantes da Câmara de Comércio Exterior (Camex) expliquem as medidas em discussão no órgão sobre a taxaço do glifosato – herbicida proveniente da China utilizado para matar ervas daninhas resistentes.

O senador teve um requerimento aprovado ontem para que ele escolha quatro dos sete ministros integrantes da Camex para participarem de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre o assunto.

Integram o colegiado os ministros Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), Reinhold Stephanes (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Paulo Bernardo (Planejamento), Guido Mantega (Fazenda), Dilma Rousseff (Casa Civil), Celso Amorim (Relações Exteriores) e Miguel Jorge (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

A intenção de Goellner era ouvir todos os ministros com assento na Camex, mas ele concordou com a ponderação do presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), sobre um acordo existente na comissão



Márcia Kallume

Goellner escolherá quatro entre os sete ministros integrantes da Camex

para que não sejam convidados mais de quatro pessoas para cada audiência pública.

– Quanto menor o número, maior a eficácia – lembrou o parlamentar.

Também foi aprovado pela CRA requerimento para que seja realizada, em conjunto com outras cinco comissões, audiência pública com o objetivo de debater o Programa Nacional de Direitos Humanos, com a presença do ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi.

A sugestão foi feita pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre requerimento de Kátia Abreu (DEM-TO).

## João Pedro destaca debate sobre marco regulatório da mineração

A realização pela Assembleia Legislativa do Amazonas, na semana passada, de uma audiência pública sobre o novo marco regulatório a ser proposto para a área de mineração foi elogiada ontem pelo senador João Pedro (PT-AM). Ele ressaltou que o debate foi solicitado pelo deputado estadual Sinésio Campos (PT).

Ao comentar a importância da mineração para o seu estado, o senador afirmou que a exploração da silvinita é um desafio para o Amazonas, onde, segundo disse, há uma grande reserva desse minério. Lembrou que da silvinita se extrai o potássio.

– Não há agricultura sem potássio. E o Brasil importa 90% do potássio [que consome] – observou o parlamentar.

João Pedro destacou ainda o lançamento do livro *A sustentabilidade de sistemas*



Gerardo Magello

Senador elogia empenho da Assembleia Legislativa do Amazonas

complexos – conceitos básicos para uma ciência do desenvolvimento sustentável e aspectos teóricos e práticos, de autoria de Norbert Fenzl e José Alberto da Costa Machado.

A publicação, informou ele, é “uma contribuição importante para a Amazônia e demonstra o empenho da Universidade Federal do Pará”.



Senadora relatou iniciativa na Comissão de Educação

## Rosalba Ciarlini elogia artes no ensino básico

A possibilidade de se tornar obrigatório o ensino de música e de artes plásticas e cênicas na educação básica foi aplaudida por Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

A senadora destacou a aprovação, ontem, pela Comissão de Educação de proposta nesse sentido de autoria do então senador Roberto Saturnino e relatada por ela.



Papaléo afirma que matrícula pela internet cria desvantagem

## Enem beneficiou estados mais ricos, diz Papaléo

Os aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de estados onde predomina o acesso discado (mais lento) à internet foram prejudicados no processo de matrícula nas universidades públicas, alertou ontem Papaléo Paes (PSDB-AP). O processo beneficiou alunos de estados com conexão banda larga, que conseguiram as melhores vagas, disse.



Ideli lembra que jovens poderão estudar de graça

## Ideli celebra interiorização do ensino superior

Ideli Salvatti (PT-SC) registrou sua participação na aula inaugural dos cursos de Agronomia, Matemática e Rede de Computadores do Instituto Federal Catarinense (IFC), em Sombrio e Santa Rosa do Sul.

– A aula inaugural foi muito emocionante pelo contato com alunos. Cento e quarenta jovens vão ter a oportunidade de estudar gratuitamente e com qualidade em três cursos importantes.

Proposta de Jereissati que beneficia famílias cujos filhos alcançarem “resultados educacionais positivos em avaliação oficial” é aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Educação

# Bom rendimento escolar pode gerar adicional no Bolsa Família

AS FAMÍLIAS INSCRITAS no programa Bolsa Família cujos filhos alcançarem “resultados educacionais positivos em avaliação oficial” receberão um benefício adicional, a ser fixado pelo governo. É o que determina projeto de lei do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

De acordo com a proposta (PLS 247/09), o benefício variável estará condicionado a desempenho positivo de crianças de 6 a 12 anos e de adolescentes de 13 a 17 anos, sem limite por família. Segundo emenda sugerida durante a reunião pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS) e acatada pela relatora da proposta, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), o adicional será oferecido sem prejuízo dos benefícios atualmente pagos pelo programa Bolsa Família.

No início da reunião, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento de adiamento da votação, para que o projeto fosse debatido durante audiência pública a

respeito dos resultados educacionais do Bolsa Família, a ser promovida em breve pela comissão. Em sua opinião, o texto não tornaria claro se deixariam de ser pagos benefícios variáveis já estabelecidos em lei. Para evitar essa interpretação, foi aprovada a emenda de Valter Pereira.

– O projeto visa valorizar o desempenho escolar. Não vejo como um estímulo a mais possa ser prejudicial ao Bolsa Família – disse Marisa.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou voto contrário, sob o argumento de que não se deveria incluir mais um condicionante – além da presença na escola – para o recebimento dos benefícios do programa.

### Dislexia

Também em decisão terminativa, a comissão aprovou o PLS 402/08, de Gerson Camata (PMDB-ES), segundo o qual o poder público deve manter programa de diagnóstico e tratamento de estudantes da educação básica com dislexia e transtorno do

déficit de atenção com hiperatividade (TDAH). Outro projeto aprovado em decisão conclusiva foi o PLS 337/06, do então senador Roberto Saturnino, que institui, no ensino da arte, a obrigatoriedade de oferta de conteúdos nas áreas de música, artes plásticas e artes cênicas.

A comissão acatou ainda, em caráter terminativo, o PLC 114/09, que cria a Comenda Antônio Ernesto Werna de Salvo, a ser concedida anualmente aos que se destacarem por ações em prol do agronegócio e dos produtores rurais. Também aprovou o PLS 264/09, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que autoriza o Executivo a criar um *campus* do Instituto Federal do Pará na cidade de Redenção.

Foram aprovados pela Comissão de Educação, em decisão terminativa, cinco projetos dando novos nomes a rodovias, viadutos e refinaria. Uma das propostas (PLC 178/09) denomina Viaduto Governador Henrique Santillo o que se localiza no quilômetro 423 da BR-153, no município de Anápolis (GO).



Efraim Morais: autores não têm como publicar livros

## Cordel pode receber apoio da Lei Rouanet

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto do senador Efraim Morais (DEM-PB) que altera a Lei Rouanet (Lei 8.313/91) incluindo a literatura de cordel entre as atividades culturais beneficiadas com incentivo fiscal para doações e patrocínios.

Segundo o autor, o PLS 232/06 é um esforço para reverter as dificuldades que os autores de cordel estão encontrando para publicar suas obras.

– Por um lado, há no Brasil os conhecidos obstáculos a edições impressas de qualquer natureza. Por outro, há o fato de os cordelistas serem, geralmente, pessoas simples, de reduzido poder aquisitivo – disse Efraim, sobre a redução do mercado para o cordel.

João Tenório (PSDB-AL) situou a literatura de cordel entre as manifestações mais autênticas da cultura nordestina. Ele aproveitou para criticar as distorções na distribuição regional dos incentivos da Lei Rouanet.

– Os percentuais do Nordeste têm sido absolutamente insignificantes. A região não dispõe de um *lobby* mais importante e, por isso, tem sido prejudicada – disse o senador.

A proposta aprovada ontem na CAE ainda passará pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para seguir depois à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde receberá decisão terminativa.



Suplicy, que conversa com Jereissati, propôs o adiamento da votação, para que o assunto fosse debatido durante audiência pública

## Projeto garante a internauta direito de não receber *spams* indesejados

O envio de mensagens eletrônicas não solicitadas – os *spams* – poderá ser proibido, de acordo com projeto (PLS 21/04) do então senador Duciomar Costa aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e que segue agora ao exame da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O texto da CE foi elaborado pelo relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), e confirma entendimento adotado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O remetente de mensagem eletrônica será obrigado

a apresentar em cada mensagem, de forma clara, endereço físico ou eletrônico e mecanismo eletrônico pelo qual o destinatário possa exercer o direito de não mais receber mensagens daquele remetente.

– O *spam* vem crescendo de forma acelerada. Lota as nossas caixas postais e muitas vezes contém vírus. Todo mundo que usa *e-mail* convive com essa praga – diz Azeredo.

A CE aprovou ainda o PLC 187/09, que determina a oferta de alimentação diferenciada, nas escolas públicas, para alunos portadores de dia-



Eduardo Azeredo: muitos *spams* contêm vírus

betes, hipertensão ou anemias; o PLC 64/08, segundo o qual cadáveres não reclamados poderão ser destinados a escolas de nível superior na área de saúde; e o PLC 132/01, que determina a veiculação de informações turísticas em material escolar produzido ou adquirido com recursos da União.

## Recursos do pré-sal para educação

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Augusto Chagas. Ele apresentou e defendeu a campanha da entidade que pede a destinação de 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal para a educação.

– O presidente se posicionou positivamente, como a maioria das pessoas quando se fala em educação – declarou Augusto.

Os projetos que criam um marco regulatório para a exploração de petróleo nas camadas profundas do oceano, o chamado pré-sal, estão em tramitação no Congresso. Uma das propostas institui o chamado Fundo Social e estabelece que ele seja fonte regular de recursos destinados a programas nas áreas de combate à pobreza, educação, cultura, ciência, tecnologia e sustentabilidade ambiental.



Augusto Chagas e José Sarney: UNE quer mudar proposta do governo para pré-sal

# Demostenes critica ministro por ofício sobre cotas raciais

Para senador, ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, "desce fundo numa calúnia, a pretexto de defender uma causa"

UM OFÍCIO CIRCULAR do ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, foi motivo de protestos do senador Demostenes Torres (DEM-GO). O documento critica a solicitação do DEM para que seja considerada inconstitucional a política de cotas para negros da Universidade de Brasília (UnB).

Conforme o ofício, lido em Plenário por Demostenes, a solicitação do DEM "abrirá portas para paralisar todas as políticas de ação afirmativa federal, estadual e/ou municipal, inclusive aquelas que beneficiam mulheres, estu-

dantes, trabalhadores, índios, deficientes físicos e mentais, as comunidades tradicionais etc".

– O ministro desce fundo numa calúnia, a pretexto de defender uma causa – reclamou.

Demostenes, que é relator do Estatuto da Igualdade Racial na Comissão de Constituição e Justiça, lembrou ter atuado na elaboração da Lei Maria da Penha – que pune casos de violência contra mulheres – e que foi o relator do projeto do Estatuto do Idoso. Ele disse que "a cota racial é um engodo" e que está propondo cotas sociais, para beneficiar os mais pobres.



Demostenes propõe cotas sociais e diz que "a cota racial é um engodo"

Fotos de Genildo Magalhães

## Para Virgílio, deve-se levar em conta a miscigenação

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que a política de cotas para alunos negros, como instituiu a Universidade de Brasília (UnB), ao reservar 20% das vagas para esses estudantes, se esquece de outras raças e outros tipos de miscigenação, como a de seu estado, feita basicamente entre índios e brancos.

O senador exemplificou com um dado cultural: enquanto Zumbi é o herói dos negros brasileiros, o herói dos amazonenses é o índio Ajuricaba, "grande estrategista militar, grande guerrilheiro de selva". Virgílio contou que Ajuricaba, preso pelos portugueses, se atirou, acorrentado, às águas do rio Negro, num ato suicida "em nome da liberdade".

– Nós temos muito orgulho da miscigenação que nos faz a civilização que somos. Eu tenho no meu sangue a mistura que vai do negro ao holandês. Mas, culturalmente, nós somos o resultado da miscigenação de portugueses brancos com indígenas brasileiros.

## Serys apoia medida e cita injustiça histórica

Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou que é absurdo considerar polêmica a existência de cotas raciais nas universidades públicas federais. As cotas reparam uma injustiça histórica que segrega a população brasileira e impede o acesso dos negros à universidade pública, diz ela.

– Se mais de 95% dos negros não conseguem entrar na universidade pública, há algo de muito errado. Se temos uma população com mais de 50% de negros e pardos, esta deveria ser a mesma proporção de alunos – afirmou a senadora, na véspera do início das audiências públicas no Supremo Tribunal Federal para discutir o tema.

Para Serys, sem exemplos que extrapolem o universo do futebol, os negros passam a acreditar que não há espaço para eles na academia.



Serys Slhessarenko

## Alvaro Dias desaprova a política externa do governo brasileiro

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o presidente Lula foi "muito criticado" durante a visita a Cuba, na semana passada, por ignorar a morte do dissidente político Orlando Zapata, após 85 dias de greve de fome.

O senador disse que "o silêncio providencial de Lula repercutiu negativamente em todo



Alvaro Dias

o mundo".

Alvaro lembrou que, embora a Constituição federal defina que a política externa deva dar prevalência à defesa dos direitos humanos, o Brasil tem se omitido frente a "uma série de violações desse campo", citando o que chamou de atrocidades em Cuba, no Irã, no Sudão e na Coreia do Norte.

## João Tenório defende reforma na estrutura do Estado brasileiro

João Tenório (PSDB-AL) defendeu uma reforma imediata do Estado brasileiro, a seu ver um "monstro patrimonialista, paternalista, elitista, perdulário, adiposo em excesso". Segundo o senador, há

uma deformação na estrutura do Estado que confere cada vez mais benefícios salariais a uma enorme elite de servidores públicos



João Tenório

federais, ao passo que setores como saúde e educação não recebem a devida atenção.

João Tenório citou dados do jornal *O Globo* segundo os quais procuradores do Banco Central, analistas

de planejamento e finanças e auditores fiscais, tiveram, desde 2003, aumentos salariais entre 157% e 281%.

## Jefferson Praia: polo de Manaus ajuda "a manter floresta em pé"

Jefferson Praia (PDT-AM) comentou o estudo intitulado "Impacto Virtuoso do Polo Industrial de Manaus sobre a Proteção da Floresta Amazônica: Discurso ou Fato?", que mostra como a Zona Franca de Manaus ajuda a inibir atividades econômicas que degradam a Floresta.

O senador disse que, em seus



Jefferson Praia

43 anos de atividades, a Zona Franca vem ajudando "a manter a floresta em pé", sendo importante para a preservação e a conservação ambiental na região.

Segundo o estudo, afirmou o senador, o polo industrial contribuiu para a diminuição do desmatamento em 85% apenas no ano de 1997.

### HOSPITAL TEM INTÉRPRETE PARA DEFICIENTE AUDITIVO

Geovani Borges (PMDB-AP) comemorou ontem a aprovação, pelo legislativo do Amapá, de projeto que autoriza o Executivo estadual a disponibilizar intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em hospitais e prontos-socorros da rede pública estadual. O objetivo é facilitar e humanizar o atendimento médico aos portadores de deficiência auditiva.

– Quando o deficiente procura atendimento, na maioria das vezes encontra dificuldades para se comunicar com quem está prestando esse atendimento.

### ABERTA NEGOCIAÇÃO EM ÁREA DE CONFLITO NO PARÁ

O líder do PSOL, José Nery (PA), saudou a iniciativa do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de conduzir amplo debate sobre conflito fundiário em Barcarena, no Pará, envolvendo 10 mil famílias, espalhadas em 39 ocupações em áreas da empresa Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar).

O senador assinalou que o processo de negociação agora estabelecido deverá significar a suspensão imediata do cumprimento de decisões judiciais anteriores.

### CONSULTA PÚBLICA PARA ZONEAMENTO DA AMAZÔNIA

Arthur Virgílio (PSDB-AM) ressaltou ontem que o macrozoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal, iniciado ainda no governo Fernando Collor (1990-1992), está sendo concluído. O documento ficará aberto a consulta pública até 6 de março no endereço [www.mma.gov.br/zeeamazonia](http://www.mma.gov.br/zeeamazonia). Virgílio relatou também que foi ao Tribunal Superior Eleitoral e agradeceu ao ministro Carlos Ayres Britto a iniciativa da corte de discutir a sub-representação parlamentar de alguns estados, como o Amazonas.

### CASSOL DESTACA EXPANSÃO DA CLASSE MÉDIA

Sadi Cassol (PT-TO) destacou o avanço da classe média nos últimos anos, segundo ele, graças à estabilidade econômica, à popularização do crédito bancário e aos programas sociais do governo atual.

Entre 2003 e 2008, assinalou, cerca de 33 milhões de brasileiros ascenderam de estratos inferiores.

– A expansão da classe média é um fenômeno que veio para ficar, graças ao crescimento da renda do trabalho, que garante uma certa sustentabilidade – afirmou.

### COMBATE À DENGUE EXIGE PARTICIPAÇÃO

A única forma de evitar a ocorrência de mais mortes provocadas pela dengue em diversas regiões é a participação ativa da população, afirmou ontem Augusto Botelho (PT-RR).

– Cada município brasileiro precisa mais do que nunca da colaboração da população para evitar a proliferação da dengue – disse, lembrando que o Ministério da Saúde já confirmou a epidemia em cinco estados: Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e Goiás. "A população precisa participar do controle da doença", insistiu.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Marconi Perillo • Geovani Borges • Sadi Cassol • Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suelly Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves

Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Ministro diz que proposta do governo não fará tentativa de modificar Lei da Anistia. Comissão da Verdade investigará militares e opositores

# Jobim: plano de direitos humanos chega em abril

O MINISTRO DA DEFESA, Nelson Jobim, informou ontem que o Palácio do Planalto deverá enviar ao Congresso em abril o projeto que cria a Comissão da Verdade, encarregada de apurar os crimes ocorridos durante o regime militar. Mas assegurou que não existe na proposta nenhuma possibilidade de se mexer na Lei da Anistia, de 1979.

Na audiência pública promovida ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Jobim garantiu que o projeto prevê a investigação dos crimes cometidos pelos agentes públicos e também pelos integrantes de movimentos

de oposição à ditadura militar.

Nelson Jobim fez um histórico da crise que envolveu a divulgação do decreto que criou o Programa Nacional de Direitos Humanos – fase 3 (PNDH-3) e reafirmou que pretendia pedir demissão caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tivesse orientado a Secretaria Nacional de Direitos Humanos a mudar o texto na parte que trata de investigações da Comissão da Verdade.

Convidado à CRE por requerimento dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Jobim explicou que o texto inicial do

PNDH-3 previa apurações apenas das ações de repressão aos movimentos terroristas e ainda abria a possibilidade de contradições à Lei da Anistia.

Caso a mudança não tivesse se concretizado, os três comandantes das Forças Armadas teriam deixado o governo, além dele próprio, disse o ministro durante a audiência pública.

Nelson Jobim não poupou críticas ao PNDH-3 por exceder a competência da secretaria comandada por Paulo Vannuchi, tratando de temas como monocultura agrícola, criminalização do aborto, reforma tributária, taxação de grandes fortunas,

retirada de símbolos religiosos de órgãos públicos e organização das polícias dos estados. Mas fez questão de dizer que não é contra os temas tratados, apenas entende que eles não devem constar do plano.

O ministro da Defesa lembrou que caberá ao Congresso decidir se mantém ou não no projeto da Comissão da Verdade a bilateralidade das investigações. Alertou, no entanto, que não se pode “rever o acordo político que deu a possibilidade da transição política” no Brasil, mudando a Lei da Anistia.

– Leis de anistia são definitivas. Quem foi anistiado foi anis-

tiado. Não pode ser desanistiado – afirmou.

Ele garantiu ainda que o Ministério da Defesa não se opôs à Comissão da Verdade e que a divergência se deu apenas na “unilateralidade” das investigações propostas.

Ao senador Pedro Simon (PMDB-RS) Jobim disse que a discussão sobre Estado laico deve levar em conta a história do país e a cultura de seu povo.

– Não é por imposição que essas coisas se resolvem. Uma coisa é defender uma tese, outra é gerir a coisa pública. Gerir a coisa pública é respeitar a história e a vontade da maioria – disse.



Plenário da CRE, lotado, ouviu críticas de Jobim (D, com Eduardo Azeredo) ao Programa Nacional de Direitos Humanos



## Azeredo questiona ação para reintegrações

Durante o debate, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou a recomendação do PNDH-3 para que a Justiça ouça entidades de classe ao julgar pedidos de reintegração de posse de terras invadidas por movimentos sociais. O ministro Nelson Jobim advertiu que o Congresso terá que definir como os juízes devem agir nessas chamadas invasões coletivas, já que a lei hoje só trata de invasão por particular, e não “por 500 ou mais famílias”.

Azeredo também interrogou o ministro sobre a decisão do governo a respeito da compra de caças para a Força Aérea Brasileira e ouviu que, em 20 dias, o Ministério da Defesa encaminhará sua recomendação ao presidente Lula.

Ao senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Nelson Jobim garantiu que não haveria a menor possibilidade de crise institucional no episódio da Comissão da Verdade, caso tivessem se concretizado as demissões dele e dos comandantes

militares.

– As Forças Armadas estão absolutamente comprometidas com o processo democrático e não há possibilidade de qualquer postura político-partidária. Elas estão comprometidas com o país e o país tem de ser gerido pelos civis – garantiu o ministro.

Já o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou o silêncio do presidente Lula, ao visitar Fidel Castro em Havana, sobre a morte do preso político Orlando Zapata Tamayo. Virgílio disse considerar o PNDH-3 um retrocesso em alguns pontos, entre eles o risco contra a propriedade privada e a liberdade dos meios de comunicação. Para o senador, o PNDH-3 veio “agitar um quadro que estava tranquilo no país”. O ministro da Defesa afirmou não ver “nenhum problema” na visita de Lula a Fidel Castro e opinou que “não se fará a abertura política em Cuba sem os irmãos Castro”.

## Aeronáutica não ocultou nada, diz ministro

O ministro da Defesa negou que a Aeronáutica tenha ocultado documentos produzidos durante a ditadura militar – conforme noticiado pela imprensa nos últimos dias.

De acordo com Nelson Jobim, “a Força Aérea Brasileira manifestou a existência deles em 2006 [em resposta a solicitação da Casa Civil] e ainda os colocou à disposição das autoridades”. As declarações do ministro da Defesa foram feitas durante a audiência pública na Comissão de Relações Exteriores.

Jobim admitiu que determinados documentos foram incinerados, mas observou que isso foi feito “respeitando-se a legislação da época” (no caso, o Decreto 79.099, de 6 de janeiro de 1977, que, segundo ele, tratava do descarte de documentos sigilosos).

O ministro também disse que parte desses documentos se perdeu durante incêndio ocorrido no Aeroporto Santos

Dumont, no Rio de Janeiro, na época em que havia no local instalações do extinto Ministério da Aeronáutica.

Uma das razões para a polêmica foi a notícia veiculada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, no último domingo, de que a Aeronáutica teria enviado ao Arquivo Nacional “parte dos documentos secretos que produziu durante a ditadura militar”.

De acordo com o jornal, “a própria Aeronáutica informara anteriormente que esses itens haviam sido destruídos, o que reaviva a suspeita de que as Forças Armadas mantêm escondidos papéis sigilosos da ditadura”.

Ao reiterar que “a Aeronáutica não ocultou nada” e deu acesso público a esses documentos em 2006, o ministro disse ainda que houve “uma desatenção” de sua parte, já que os documentos haviam sido classificados como “genéricos”.

## Collor anuncia aprovação pela ONU de realização da Rio + 20

O senador Fernando Collor (PTB-AL) anunciou ontem a aprovação, pela Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU), do pedido de realização no Brasil, em 2012, da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). O evento deverá rever metas estabelecidas na conferência Rio-92, como a carta de compromissos conhecida como Agenda 21.

A proposta para a realização do evento no Brasil foi formalizada em março de 2007 pela Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas – quando Collor presidia o colegiado.

Collor, que era presidente da República durante a Rio-92,

avaliou a conferência como um dos mais importantes eventos já realizados sobre os problemas ambientais que ameaçam a sobrevivência da espécie humana.

– Foi lá que se consolidou, pela primeira vez, o conjunto completo de temas que, até hoje, guia a agenda internacional de negociações ambientais – afirmou.

Collor salientou os documentos que resultaram do evento, como a Agenda 21 – “ao mesmo tempo o documento-base recomendado para a elaboração dos planos nacionais de preservação do meio ambiente e o principal instrumento de avaliação do desempenho ambiental dos inúmeros governos signatários”.



Collor sugere balanço das realizações da Agenda 21, firmada na Rio-92

– Destaco a necessidade de proceder ao balanço vintenário pormenorizado das realizações da Agenda 21, nos diversos países, e a oportunidade de operar a adequada transição do Protocolo de Kyoto, cuja vigência se extinguirá justamente em 2012, o ano da Rio + 20 – disse.

## Amorim fala ao Senado após viagem de Lula ao Oriente Médio

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Azeredo, confirmou ontem que o chanceler Celso Amorim atenderá ao convite da comissão para falar sobre as questões relativas ao Irã e a Cuba somente depois da visita oficial do presidente Lula ao Oriente Médio.

Durante almoço com parlamentares da CRE, o ministro disse que não poderia atender logo ao convite da comissão. Conforme informações do Ministério das Relações Exteriores, Lula inicia a visita por

Israel, no dia 15 deste mês, segue para a Palestina no dia 16, para a Jordânia, no dia 17, e deverá retornar ao Brasil no dia 18.

Azeredo observou que o bloqueio econômico a Cuba e a morte do preso político cubano Orlando Zapata Tamayo, em razão de uma greve de fome, foram levantados durante o almoço pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A pedido do ministro, o encontro foi reservado e serviu para sinalizar o “bom entendimento” que tem marcado as relações entre o Itamaraty e a CRE.

**CÉSAR BORGES DEFENDE INCENTIVOS FISCAIS**



César Borges

César Borges (PR-BA) defendeu a adoção de uma política pública de incentivos fiscais e disse que iniciativas nesse sentido favorecem a implantação e a consolidação da indústria automobilística em regiões menos desenvolvidas do país, a exemplo do complexo automotivo da Ford em Camaçari, na Bahia.

O senador afirmou que a cadeia automotiva já gerou na Bahia 50 mil empregos indiretos e quase 9 mil empregos diretos, dos quais 85% são formados por mão de obra local, sendo que 25% são mulheres.

**PROJETO DE OSMAR DIAS FAVORECE COOPERATIVISMO**



Osmar Dias

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu a aprovação do chamado Estatuto do Cooperativismo, projeto de sua autoria em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta visa substituir a Lei 5.764/71, atual norma disciplinadora do setor.

Segundo o senador, o cooperativismo, em especial o paranaense, faturou R\$ 25 bilhões em 2009, abriu 1.200 postos de trabalho e respondeu por 20% do produto interno bruto (PIB) do Paraná, além de ter contribuído para os 42% das exportações brasileiras resultantes da atividade agropecuária.

**PAIM APOIA BENEFÍCIOS PARA POLICIAIS MILITARES**



Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação de duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que aguardam votação na Câmara e se relacionam à segurança pública: a PEC 446/09, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que institui o piso salarial dos policiais, e a PEC 300/08, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que equipara o vencimento de policiais militares e bombeiros de todo o país aos do Distrito Federal.

Paim disse que a segurança pública merece ser tratada com a devida importância, tendo em vista o que representa para a sociedade.

**MÁRIO COUTO: CRESCE A VIOLÊNCIA NO PARÁ**



Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) protestou contra o aumento da violência no Pará. Conforme o senador, o número de mortes no estado, que até recentemente era três por dia, subiu para cinco.

Ele apelou ao presidente Lula para que auxilie a governadora petista Ana Júlia Carepa a adotar medidas contra a escalada de violência no estado. Segundo o parlamentar, dos R\$ 21 milhões destinados ao estado em 2009 pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), apenas R\$ 1,9 milhão teria sido usado e o restante devolvido ao governo.

**Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos ajusta medida fiscal à definição, no Estatuto do Idoso, de que idosa é a pessoa com mais de 60 anos**



Garibaldi Alves preside reunião da CAE em que senadores rejeitaram envio do projeto à CCJ

**Aposentadoria é isenta do IR para maior de 60 anos**

IDOSOS A PARTIR de 60 anos que recebem rendimentos da Previdência Social poderão ficar isentos do Imposto de Renda (IR). Atualmente, a idade para usufruir esse benefício é de 65 anos. A mudança consta de projeto (PLS 187/04) do senador César Borges (PR-BA) e foi aprovada ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A isenção estará limitada até o valor de R\$ 1.434,59 e abrange rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social.

O objetivo de César Borges é ajustar a legislação fiscal ao Estatuto do Idoso (Lei 10.471/03). O senador lembra que o esta-

tuto elegeu como parâmetro a idade de 60 anos, mas não tratou da isenção fiscal devido ao fato de o tema exigir lei específica e exclusiva.

César Borges argumenta que não faz sentido a existência de um parâmetro de idade para fins fiscais e outro para as demais finalidades. Além disso, completa, a isenção parcial hoje prevista na legislação do IR tem por objetivo auxiliar o idoso nas necessidades da terceira idade. O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), acredita que o projeto elimina uma dualidade injustificada na definição de idoso.

– Após sua conversão em lei, também para fins fiscais, idosa será a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos – disse Azeredo.

A proposta foi aprovada com duas emendas do relator – uma de redação alterando a ementa da matéria e outra atualizando o limite de isenção de R\$ 1.058, previsto no projeto original, para R\$ 1.434,59, conforme legislação recente.

Por telefone, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), solicitou que o projeto fosse enviado, antes da votação na CAE, ao exame da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A solicitação foi rejeitada, com apoio inclusive do líder do PMDB, Renan Calheiros (AL). Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) chegou a anunciar pedido de vista em nome do governo, mas desistiu do pleito após ouvir argumentos de César Borges contra o adiamento.

**CAE aprova pagamento parcelado do seguro obrigatório de veículos**

O pagamento do seguro obrigatório de veículos, o conhecido Dpvat, pode passar a ser feito de forma parcelada. É o que prevê projeto (PLS 437/08) do senador Renato Casagrande (PSB-ES) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa.

Casagrande argumenta que a cobrança do seguro obrigatório em parcela única é feita no mesmo momento em que é cobrado o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), onerando o orçamento familiar no período do ano em que as pessoas estão envolvidas com obrigações como matrículas escolares e pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Lido por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), o relatório, elaborado por Pedro Simon



Pedro Simon apresentou parecer favorável

(PMDB-RS), destaca que normas disciplinadoras do Dpvat já autorizam o parcelamento, mas apenas para veículos das categorias 3 e 4 – ônibus, micro-ônibus e lotações.

O entendimento é que o direito deve valer para todos e que, por garantia, a medida deve constar de lei, permitindo ao cidadão uma distribuição mais adequada dos pagamentos de suas obrigações ao longo do ano.

**Empresas podem ter de reciclar vidros fora de uso**

Empresas que vendem ou instalam vidros em veículos podem ficar obrigadas a dar um destino adequado ou reciclar os produtos que não servirem mais para uso, conforme proposta aprovada ontem pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O projeto (PLS 477/09), do senador Gerson Camata (PMDB-ES), vai ser ainda examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa.

A CMA aprovou também, a pedido do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), pedido de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) nas três superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que existem no Pará, por denúncias de irregularidades na construção de casas em assentamentos.

**Voto de pesar pela morte de José Mindlin**

O Plenário aprovou ontem voto de pesar pelo falecimento do bibliófilo José Mindlin, que teve sua trajetória elogiada pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Empresário, advogado e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), Mindlin morreu domingo, aos 95 anos.

– Trata-se de um homem dedicado ao bem. Um bibliófilo,

um amante das letras, das artes, da cultura. Um empresário bem-sucedido que sabia ser absolutamente social em relação aos seus trabalhadores, aos seus assessores. Amado por seus admiradores, que eram muitos. Eu, inclusive. Uma figura de trato finíssimo, de fina ironia, ao mesmo tempo – disse.

Arthur Virgílio ressaltou que

Mindlin demonstrou sua grandeza ao doar todo o acervo de sua biblioteca pessoal para a Universidade de São Paulo (USP).

– Eu não sei se alguém já deu uma contribuição tão grande para a Universidade de São Paulo. É algo valiosíssimo. Ele buscava os livros mais raros onde quer que pudesse encontrá-los – lembrou Virgílio.

**MÃO SANTA: TCU CONDENA GOVERNADOR DO PIAUÍ**



Wellington Dias

Mão Santa (PSC-PI) comentou notícia veiculada pelo portal 180 Graus intitulada “TCU condena Wellington Dias por desvio de recursos”. Ele também citou matérias da Folha de S. Paulo que acusam o governo piauiense de desvio de verbas da saúde e da segurança pública. Mão Santa chegou a brincar com os colegas Mário Couto e Flexa Ribeiro (ambos do PSDB paraense), comparando os governos petistas dos dois estados.

– Continuo no pódio. O governador do Piauí é bem pior do que a governadora do PT do Pará.

**NEUTO DE CONTO REVERENCIA PEDRO IVO**



Pedro Ivo

A memória de Pedro Ivo Campos, primeiro prefeito peemedebista de Joinville (SC), e governador de Santa Catarina de 1987 a 1990 (quando morreu de câncer), foi reverenciada ontem pelo senador Neuto de Conto (PMDB-SC). Coronel reformado do Exército, durante a ditadura militar Pedro Ivo defendeu perseguidos políticos em nome da democracia.

– Foi um reformista atento aos profundos problemas da desigualdade social e com o nosso MDB, depois PMDB, escreveu algumas das mais belas páginas da nossa história.

– Foi um reformista atento aos profundos problemas da desigualdade social e com o nosso MDB, depois PMDB, escreveu algumas das mais belas páginas da nossa história.

**ARNs QUESTIONA PUNIÇÃO IMPOSTA AO CORITIBA**



Flávio Arns

Flávio Arns (PSDB-PR) criticou a punição imposta ao Coritiba (perda do mando de campo por 30 jogos) em razão das desordens ocorridas no empate com o Fluminense, em dezembro de 2009, que deixaram duas pessoas feridas gravemente.

O resultado rebaixou o Coritiba à Segunda Divisão do Campeonato Brasileiro e a torcida invadiu o gramado.

– Qual a culpa do Coritiba, se, em termos de segurança, o time cumpriu todas as suas obrigações? – disse Arns, para quem não havia policiais suficientes no estádio.

**FLEXA VÊ UNIÃO PARA SALVAR PARÁ DO CAOS**



Flexa Ribeiro

Presente a duas reuniões nas cidades de Salinópolis e São Domingos do Capim, no Pará, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou a importância dos eventos chamados de “O Pará que queremos”, organizados pelo Instituto Teotônio Vilela, órgão do partido destinado à formação política da população.

Flexa disse que lideranças antagônicas dos municípios visitados estão se unindo para resgatar o desenvolvimento do estado.

– Vemos o caos instalado no estado, a ausência total de governo – constatou o senador.